



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CED  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EJA NAS UNIDADES PRISIONAIS**

**JAQUELINE DA SILVA AQUINO**

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CENTRO EDUCACIONAL ALDACI  
BARBOSA MOTA**

**FORTALEZA-CE  
2012**

**JAQUELINE DA SILVA AQUINO**

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CENTRO EDUCACIONAL ALDACI BARBOSA  
MOTA**

Monografia apresentada ao curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do título de especialista em Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional.

Orientador: Prof. Aldir Dantas da Costa

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2012**

**JAQUELINE DA SILVA AQUINO**

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CENTRO EDUCACIONAL ALDACI BARBOSA  
MOTA**

Monografia elaborada como parte dos requisitos à obtenção do título de especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Professores do Sistema Prisional, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Encontra-se a disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC, bem como na Biblioteca da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização (EGPR/SEJUS). A citação de qualquer parte ou trecho desse texto só será permitida desde que feita em conformidade com as normas da ética científica.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

**Prof. Esp. Aldir Dantas Costa**  
Orientador

---

**Jaqueline da Silva Aquino**  
Orientanda

---

**Prof. Dr Wagner Bandeira Andriola**  
Coordenador do Curso

---

**Profª Drª Maria José Barbosa**  
Coordenadora Pedagógica

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, pois eu nada seria sem a fé que tenho nele.

Aos meus pais, irmão, meu noivo e toda minha família que com muito carinho e apoio, acreditaram na minha capacidade e não mediram esforços para que eu chegasse até essa etapa tão importante em minha vida.

Ao Professor Aldir, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Aos amigos e colegas em especial, Ana Cristina, Rebeca Lacerda, Ana Camila, Cauélia Almeida, Niélia Almeida e Jonas Lima, pelo incentivo, carinho e apoio constantes que compartilhamos durante nosso caminhar.

Às amigas de trabalho, Jalusa Magalhães, Fernanda Karla, Angélica Eugênio, Ivoneide Evangelista e Luciane Maia, pelo apoio diário, pois também faço parte dessa equipe.

Aos que colaboraram com a minha pesquisa sempre com prontidão e muita boa vontade.

A todos aqueles que contribuíram para essa conquista, direta ou indiretamente, o meu muito obrigado.

“De fato, não há em todo o universo duas coisas iguais. Vem daí, que a regra da igualdade consiste em aquinhoar desigualmente aos desiguais na medida em que se desigalam. Por isso, tratar com desigualdade as pessoas iguais ou tratar pessoas desiguais com igualdade seria uma desigualdade flagrante e não uma igualdade real como se pensaria.”

(Rui Barbosa)

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema a Educação especial no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota. Tendo como objetivo conhecer o atendimento à pessoa com necessidades especiais, assim como aprofundar estudos sobre a temática. A pesquisa tem como referencial teórico os estudos de Vygotsky e Mazzota que tratam a questão da educação especial, trazendo também consultas a legislação brasileira atual. Metodologicamente o trabalho fundamentou-se na abordagem qualitativa e foi desenvolvida com pesquisa de campo no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM), situado no Município de Fortaleza. Os resultados obtidos apontam para as dificuldades, focadas pelos educadores do Centro em atender as pessoas com necessidades especiais.

**Palavras-chave:** Educação especial, Deficiências e medidas socioeducativas.

## **ABSTRACT**

This work is subject to Special Education in Educational Center Aldaci Barbosa Mota. Aiming to meet the care the person with special needs, as well as further studies on the topic. The research is the theoretical study of Vygotsky and Mazzota that address the issue of special education, bringing also queries the current Brazilian legislation. Methodologically the work was based on a qualitative approach and was developed with field research in Educational Center Aldaci Barbosa Mota (CEABM), located in the city of Fortaleza. The results point to difficulties, focused by educators at the Center assist people with special needs.

Keywords: Special Education, Disabilities and socioeducational measures.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 EDUCAÇÃO NO BRASIL .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Educação especial .....</b>	<b>19</b>
<b><i>1.1.1 A história da educação especial no Brasil .....</i></b>	<b>21</b>
<b><i>1.1.2 A educação especial na legislação brasileira .....</i></b>	<b>23</b>
<b>1.2 Escola inclusiva .....</b>	<b>25</b>
<b>1.3 Formação do professor de educação especial .....</b>	<b>27</b>
<b>2 DEFICIÊNCIAS .....</b>	<b>29</b>
<b>2.1 Deficiência física.....</b>	<b>31</b>
<b><i>2.1.1 Deficiência intelectual.....</i></b>	<b>33</b>
<b><i>2.1.2 Deficiência auditiva .....</i></b>	<b>34</b>
<b><i>2.1.3 Deficiência visual.....</i></b>	<b>36</b>
<b><i>2.1.4 Altas habilidades .....</i></b>	<b>37</b>
<b>2.2 Acessibilidade .....</b>	<b>38</b>
<b>2.3 Inclusão social .....</b>	<b>40</b>
<b>3 CONHECENDO O CENTRO EDUCACIONAL ALDACI BARBOSA MOTA</b>	<b>41</b>
<b>3.1 A dinâmica atual da instituição .....</b>	<b>44</b>
<b>3.2 A pesquisa como instrumento para conhecer o atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais no centro educacional Aldaci Barbosa Mota.....</b>	<b>47</b>

<b>3.2.1 – A compreensão dos professores do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota.....</b>	<b>49</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>55</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>57</b>
<b>APÊNDICE I: ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

Tratarei nesse estudo da educação de adolescentes com deficiência, tendo como prioridade o processo educacional das medidas socioeducativas em especial os indivíduos atendidos no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota.

O interesse em desenvolver este tema surgiu inicialmente em meu ambiente de trabalho. Por não possuir meios que possam me ajudar a desenvolver os educandos que venham a ingressar na unidade em que trabalho, vislumbrei a possibilidade de compreender como a educação especial pode contribuir com o desenvolvimento educacional dessas pessoas.

Na história não se tem muitos marcos de pessoas com necessidades especiais, pois não eram feitos relatos sobre os mesmos. Indivíduos assim ficavam sempre a margem da sociedade, escondidos e marginalizados. Pois não tinha utilidade para a mesma. Sendo assim abandonados, pois representavam um peso já que não produziam e não serviam como modelos de seres humanos. Fatos como esses vieram se perpetuando durante vários anos, os povos mantinham regras bastante rígidas, onde não eram permitidas exceções.

Somente no início da idade Média que começam a aparecer os primeiros relatos de estudos com pessoas com deficiência. Vê-se que no século XVIII estudiosos dividiram as deficiências por grupos, o que acentuou ainda mais as diferenças e aumentou o distanciamento das “pessoas diferentes”.

No mesmo século XVIII começaram a surgir escolas e instituições para deficientes, como a escola para cegos fundada em Paris em 1784. A criação do sistema Braille e da língua de sinais contribuíram para educação e compreensão de deficientes. As escolas para deficientes mentais que ainda eram poucas, apenas duas, os mesmo eram cuidados por médicos e professores.

Para que os direitos aos deficientes não fosse mais negado e se constituísse uma educação de qualidade têm-se então a legislação, onde podemos destacar o parágrafo I do a Art. 59 da Lei Nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no qual fala que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades.

Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer Art. 53. *A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.* Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, sob a lei N.º 8069 de 13 de julho de 1990.

*Podemos ver esse direito assegurado em lei mais específicas como a de N.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio à pessoas com deficiência.*

*Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.* Lei N.º 7.853, de 24 de outubro de 1989 Art. 2º.

Concluimos então que a lei versa sobre uma educação de qualidade para os deficientes, que os mesmos devem ser atendidos em todas as suas necessidades, visando sempre melhorias para os indivíduos, mas isso nem sempre se cumpre na prática. Além de terem seus direitos por diversas vezes negligenciados ainda são alvos de discriminação e críticas por parte da sociedade.

Um ponto primordial para se oferecer uma educação de qualidade é conhecer sobre as deficiências, quais as suas especificidades e particularidades. Cada indivíduo tem que ter uma abordagem diferenciada. Vejo que a sociedade, nem mesmo os professores que tratam diretamente com estes alunos tem o preparo necessário para lidar com os mesmos. Incurrendo por muitas vezes no erro de oferecer a educação a todos através do mesmo método, o que não será eficaz em uma sala onde existem pessoas com necessidades especiais educacionais diferentes.

A educação especial vem para preencher as necessidades dos mais diversos tipos de deficiência. Desde que feita com preparo e capacitação ela trará o suporte necessário para garantir o direito do deficiente à educação, voltando-se para cada indivíduo em particular. Não escondendo os alunos, nem limitando a convivência, mas sim permitindo um processo de desenvolvimento e crescimento educacional.

Em consonância à educação especial cresce a educação inclusiva movimento esse que luta por uma educação onde todos possam aprender juntos em um mesmo ambiente sem qualquer forma de discriminação. Conjugando assim igualdades e diferenças como princípios inseparáveis.

A educação inclusiva acaba por evidenciar práticas discriminatórias assim como propor soluções para enfrenta-las. Por fim as instituições educacionais passam a ser repensadas de forma estrutural, cultural e social a fim de que as especificidades de todos os alunos sejam atendidas.

A educação inclusiva enfrentou muitas barreiras desde que começou a ser implementada, por conta até de muitos preconceitos enraizados em nossa sociedade, e por conta do medo de aceitar o diferente, por ser desconhecido. Nesse sentido inclusão passa a ter um sentido muito mais amplo do que unir alunos com necessidades diferentes em uma mesma sala de aula, pois requer bastante capacitação.

Portanto, no contexto atual, integração e inclusão social são palavras-chave que permeiam todo o processo educacional, permitindo refletir sobre um erro histórico e favorecendo a convivência salutar entre pessoas diferentes.

Vê-se então que esta modalidade torna-se um desafio um pouco mais complicado quando se trata de indivíduos que tem o direito de liberdade restrito por conta de algum ato infracional que vieram a praticar.

.A sociedade ainda não se encontra preparada para atender o aluno deficiente, por isso o receio de que alunos com necessidades educacionais especiais frequentem as salas de aula. Sendo um tema contemporâneo e pouco debatido, venho através deste estudo conhecer e explorar meios que auxiliam e possibilitam o crescimento educacional desse público em especial.

Tenho o intuito de conhecer as práticas educativas utilizadas no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota, observando se a educação especial na perspectiva de educação inclusiva realmente acontece e qual a sua importância para esses adolescentes. Verificar também quais os problemas encontrados por professores na implementação desse modelo educacional. Identificando os benefícios e melhorias que esse modelo educacional pode ofertar e tudo mais que for possível aprender durante a realização deste estudo.

Para a consolidação da pesquisa, além da leitura de autores como Mazzota, Vygotsky e Paulo Freire, consulta a Legislação brasileira atual como a Constituição Federal Brasileira, Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de diretrizes e bases da educação.

Para a coleta de dados realizarei entrevistas estruturadas junto aos profissionais envolvidos com a educação dentro do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota.

A pesquisa possui cunho qualitativo, dessa forma não será necessário seguir critérios estatísticos para a sua validação.

Para a organização do trabalho o desenvolvi em quatro capítulos, no primeiro capítulo farei um percurso da educação especial, pontuando os marcos legais desde quanto surgiram as primeiras leis, como eram realizados esses atendimentos, até chegarmos a seu estado atual.

No segundo capítulo tratarei das deficiências, o que são, seus tipos, causas, especificidades e delimitações.

No terceiro capítulo tecerei conhecimento acerca do que é a Inclusão social, como surgiu e foi implementada, quais seus maiores desafios e que benefícios propicia aos seus educandos.

Em último capítulo trago a pesquisa propriamente dita onde fazemos um relato da pesquisa empírica, analisando as entrevistas realizadas com os professores que trabalham na unidade pesquisada.

Ao final, tecerei algumas considerações a que o estudo chegou. Por fim, apresento os referenciais bibliográficos que possibilitaram uma sustentação teórica para uma melhor abordagem do assunto pressuposto e os anexos de pesquisa.

## 1 EDUCAÇÃO NO BRASIL

No decorrer do capítulo será discutido sucintamente sobre a educação no Brasil acerca da sua trajetória partindo da colônia, com a organização do ensino pelos jesuítas, indo até fins do século XX, com as políticas democratizantes. A pretensão de analisar esse tema se dá afim de que possamos ao final elucidar o quadro da educação no Brasil.

Podemos então constatar que a educação brasileira foi permeada de avanços e retrocessos que marcam atualmente os modelos educacionais existentes. Anísio Teixeira em Educação para democracia já trazia esse pensamento.

“Considerando a educação no seus objetivos presentes, ela importa em um plano. De redistribuição dos homens pelas ocupações. A sua função é prepara-los, pela aquisição de conhecimentos e práticas de natureza técnica, para os diversíssimos tipos de trabalho da vida atual. (...) A educação de todos os povos tem refletido, ultimamente, mais ou menos, a fase nova da humanidade. Foram revistos programas e cursos. Tudo entrou na ebulição de nossos dias.”  
(TEXEIRA, 1997, p.45)

Partindo então do período colonial a história da educação no Brasil inicia em 1549 com a chegada dos Jesuítas ao Brasil. Estes vieram com a missão de fundar colégios para a formação de sacerdotes gratuitamente para a catequese e também a nível de instrução, contudo por falta de financiamento acabou por restringir-se apenas à catequese.

Alguns anos depois a companhia de Jesus introduziu princípios que pregavam a necessidade de instruir também os índios e não apenas catequiza-los.

Por mais de 200 anos a educação religiosa foi fortemente destacada no sistema educacional existente. Os professores tinham que assegurar severamente a religião tomando cuidado com o que iam falar ou questionar. Só eram capacitados professores a partir dos 30 anos e os que fossem devidamente instruídos para se afastarem de outros ensinamentos religiosos e também das ciências.

O plano de estudo no português trazia o ensino da doutrina cristã e o ato de ler e escrever. Cada assunto abordado abrangia dois sentidos, a escola e a igreja, o lado profissional e o agrícola e assim sucessivamente. Mesmo percebendo que os índios não se adequavam as aptidões sacerdotais, os jesuítas continuaram com ensino profissional e agrícola, já que este se fazia necessário para as atividades nas colônias.

A era jesuítica foi encerrada em 1759 com o início da fase pombalina, apesar da introdução de um método novo que poderia trazer maiores benefícios, a descontinuidade de uma prática consolidada trouxe bastante confusão. Iniciaram-se as aulas régias que eram aulas isoladas que substituíram o curso secundário de humanidades criado pelos jesuítas.

A reforma educacional à que Marques de pombal se propunha trouxe a modernidade aos modelos educacionais antigos. O sistema único de ensino deu lugar a dualidade de escolas, umas leigas, outras confessionais, porém todas regidas pelos mesmos princípios. No lugar de um ensino totalmente literário, clássico, o desenvolvimento do ensino científico que começa a fazer lentamente seus progressos ao lado da educação literária, preponderante em todas as escolas. E o ensino do latim e do português perdem a sua exclusividade com a chegada progressiva das línguas estrangeiras e literaturas modernas (francesa e inglesa).

Vemos que essas propostas foram frutos das condições sociais da época, a partir das quais, Pombal pretendia oferecer às escolas portuguesas condições de acompanhar as transformações de seu tempo. Nesse sentido, as novas propostas educacionais dele refletiam e expressavam o ideal do movimento iluminista.

Portanto, podemos avaliar como desastrosa a reforma de ensino pombalina, uma vez que substituiu práticas já consolidadas, mesmo que os resultados não fossem os melhores, por novos princípios que não atendiam as necessidades e não conseguiram se firmar na sociedade vigente na época.

Com a chegada da família real ao Brasil em 1808, mais uma vez temos uma ruptura no modelo educacional. Inicia-se então o período Joanino que coloca a educação em segundo plano não efetivando grandes mudanças, dando mais enfoque ao desenvolvimento comercial.

Em 1822 temos o período imperial, onde D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil. Outorgando em 1824 a primeira Constituição Brasileira que trazia no artigo 179 “*que a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos*”.

Na tentativa de melhorar a educação foram realizadas várias tentativas. Com a falta de professores se instituiu o ensino mútuo, no qual um aluno treinado ensinava um grupo de outros dez alunos. Por um decreto foi criado também quatro níveis de instrução, sendo estes as escolas primárias, liceus, ginásios e academias. Previam ainda alternativas mais audaciosas para aquela época, como a criação de escolas para meninas.

Em 1834 surge a primeira escola normal no país em virtude de um ato adicional a constituição que colocava as províncias como responsáveis pela administração do ensino primário e secundário no Brasil. No entanto esta divisão de responsabilidades não trouxe resultados tão exitosos, pois a educação acabara por se perder devido a grande extensão do país.

Com a proclamação da república grandes mudanças educacionais eram esperadas, porém nada de tão significativo ocorreu já que no país inteiro se reclamava da má qualidade das escolas e seus ensinamentos.

A República velha em 1889 trouxe a reforma Benjamin Constant que tinha como bases a liberdade e a laicidade do ensino, colocando a gratuidade do ensino primário e que este devia formar os alunos para o ensino secundário e não apenas prepara-lo. Assim como esta nesse período sucumbiram várias reformas a níveis estaduais que vieram para impulsionar a educação brasileira.

A segunda República teve como marco a Revolução de 30, no qual o capitalismo passou a exigir profissionais mais qualificadas fazendo assim surgir o ensino secundário e as universidades.

No estado novo foi outorgada a constituição de 1937 que reforçava a gratuidade do ensino e dividiu a educação em etapas, cinco anos no ensino primário, quatro no ginásio e três de colegial, tendo esse último perdido seu caráter de preparatório, se preocupando apenas com a formação geral.

A República nova foi marcada pelas discussões acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tendo também vários pontos de melhorias para a educação como a criação do Ministério da educação e cultura inspirado nos métodos de Paulo Freire.

Posteriormente o regime militar trouxe a face antidemocrática onde professores foram demitidos, universidades foram invadidas, estudantes foram feridos e alguns até mortos. Na perspectiva de melhorias foram criados o vestibular classificatório e o MOBRAL que tinha o objetivo de erradicar o analfabetismo, os quais não lograram êxito, após denúncias de corrupção e desvio de dinheiro foram extintos.

Em 1971 foi instituída a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional que tinha como principal característica trazer a formação profissional junto com a educacional. Desde então a questão educacional perdeu um pouco do seu caráter pedagógico e assumiu uma face política.

Vemos que até os dias de hoje se tem realizado muitas mudanças no planejamento educacional, porém as características ainda permanecem as mesmas, onde se procura alcançar um “status” de preparação para universidades e concursos e visa-se cada vez menos a intenção de oferecer sistemas em que os alunos realmente aprendam conhecimentos que possam ser utilizados por toda a sua vida. Podemos então dizer que a qualidade da educação permanece em segundo lugar.

Mesmo que os Parâmetros Curriculares Nacionais estejam sendo a base para o nosso ensino, nossa educação só teve realmente a característica nacional no período Jesuítico. Após esse momento tivemos muitas propostas que não entraram em consonância e que mudam a cada novo governo contribuindo muito pouco com a melhoria da qualidade educacional.

Novas rupturas nos modelos educacionais vigentes ainda estão por vir, onde estas devem atentar para os problemas enfrentados durante séculos. A qualidade da educação, índice de analfabetismo, capacitação e valorização dos professores e principalmente uma educação que atenda a necessidade de todos.

## 1.1 Educação especial

Usamos o termo educação especial para tratar de uma educação diferente que é dirigida a alunos que possuem necessidades educativas especiais. A escola então passa a assumir um novo papel, a incorporar mudanças para se ajustar a nova realidade social.

Apesar de a educação especial parecer um tema bastante atual, desde muito tempo ela já vem sendo pensada e um dos primeiros a preocupar-se com essa questão foi Vygotsky. Ele não via a criança através de suas limitações, mas sim, através das potencialidades. Discutia que não poderia impor uma pedagogia diferente a pessoas com necessidades especiais e, muito menos exigir delas que se adequassem às condições do meio em que eram tidas como normais.

Sendo assim,

*O aluno jamais poderia ser visto como alguém que não aprende. Nesta abordagem o professor torna-se figura fundamental; o colega de classe, um parceiro importante; o planejamento das atividades torna-se essencial e a escola, o lugar de construção. (VALDÉS apud MAGALHÃES, 2002, p. 50).*

Desde então, políticas de intervenção começaram a ser pensadas para uma efetiva melhoria nas condições de ensino existentes. Registraram-se iniciativas em favor das pessoas com necessidades especiais, principalmente na Europa, tendo depois se expandido para outros países como Estados Unidos e Canadá.

Tiveram que ser superados vários preconceitos a respeito das pessoas especiais para que se efetivassem algumas políticas a favor deles. Pois, o pouco conhecimento que a sociedade tinha a respeito dessas pessoas favorecia para que elas fossem consideradas como diferentes e deixadas sempre à margem ou excluídas.

Desde então, trava-se uma luta para superar as barreiras que impossibilitam as pessoas com necessidades especiais a terem uma melhor condição de vida.

Em 1620, na França, foi impressa a primeira obra sobre a educação de pessoas com deficiência, tendo como autor Jean-Paul Bonet, com o título “ *Redação das letras e a arte de ensinar os mudos a falar* ”.

Anos depois,

*Em 1829, um jovem cego francês Louis Braille (1809-1852), estudante daquele instituto, fez uma adaptação do código militar de comunicação noturna (écriture nocturne), criado por Barbier, para a necessidades dos cegos. De início, tal adaptação foi denominada de sonografia e, mais tarde, de Braille. (MAZZOTA, 1995, p.19)*

Esse código, atualmente, ainda é utilizado para leitura e escrita de deficientes visuais; através do tato, o código permite grandes vantagens na comunicação e no ensino das pessoas cegas.

Voltando o olhar para os deficientes físicos, em 1832, fundou-se na Alemanha uma instituição que tinha por objetivo promover uma educação eficaz que atendesse as expectativas do público em geral. Também, no mesmo período, prestou-se o atendimento aos deficientes mentais, através do que chamamos hoje do “Selvagem de Aveyron”, no qual o médico Jean Marc Itard, utilizou por cinco anos, métodos para educar deficientes com a criança Victor que foi encontrada na floresta, o que resultou em um livro de grande repercussão, que é tido como o primeiro manual de retardados.

Maria Montessori (1870-1952) também, muito influenciou na educação especial; ela acreditava na auto-educação e no uso de materiais didáticos, e considerava que o conhecimento passava pelas mãos; por isso a criança tinha que estar sempre em contato, através do tato, com algum material concreto. Suas teorias foram testadas em várias instituições da Roma, tanto em crianças em idade escolar regular como em crianças treináveis.

Em determinado período nos Estados Unidos, houve um grande acréscimo de escolas residenciais, embora depois elas não fossem mais consideradas tão eficientes e acabaram sendo substituídas por externatos.

Logo em seguida foi instalada a primeira classe especial em uma escola pública de Chicago, a qual recebia crianças com deficiência física, o que logo depois se expandiu para os deficientes visuais. Esta iniciativa foi considerada um grande avanço pois, até então, todas essas crianças eram impedidas de frequentar a escola, por conta de regulamentos e leis inadequados e ultrapassados que proibiam que essas crianças frequentassem os estabelecimentos de ensino.

### **1.1.1 A história da educação especial no Brasil**

“Inspirados em experiências concretizadas na Europa e Estados Unidos da América do Norte, alguns brasileiros iniciaram, já no século XIX, a organização de serviços de atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos.” (MAZZOTA, 1995, p.27). Esses serviços marcaram o início da história da educação especial no Brasil.

No século anterior, por volta da década de cinquenta, D. Pedro II teve a iniciativa de criar uma escola para cegos, incentivado pelo médico da família que tinha uma filha com deficiência visual, a qual havia obtido sucesso com os procedimentos educacionais a que foi submetida. Essa escola, logo depois, passou a se chamar Instituto Benjamim Constant (IBC).

Passados 100 anos foi fundado o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, aprovado pela lei nº 3.198, de 06 de julho, o qual tinha a intenção de formar profissionalmente jovens entre 7 e 14 anos de idade. Apesar da precariedade no atendimento, o Instituto sempre procurava abrir novas possibilidades e desenvolver atividades diversificadas.

Segundo Mazzotta,

*Na primeira metade do século XX, portanto, até 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais. Ainda, catorze estabelecimentos de ensino regular, dos quais um federal,*

*nove estaduais e quatro particulares, atendiam também alunos com outras deficiências. (MAZZOTTA, 1995, p.31).*

Tais dados já representam grande avanço na educação especial no Brasil e denotam um maior interesse em investir em políticas de atendimento às necessidades das pessoas especiais.

Campanhas também começaram a ser realizadas como a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – CESB, em 1957. Eram campanhas voltadas exclusivamente para este objetivo. Outras campanhas em destaque foram: a CNEC Campanha Nacional de Educação de Cegos e a CADEME – Campanha Nacional de educação e Reabilitação de deficientes mentais.

Relatórios realizados em tais campanhas serviram para a formação do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP – que foi fundado também com a função de melhorar e expandir o atendimento às pessoas com necessidades especiais, esse órgão, posteriormente foi extinto dando lugar a Secretaria de Educação Especial SESPE – que manteve as mesmas funções.

Há algum tempo o Brasil vem adotando políticas para se desenvolver a educação especial; desde então já se via a organização de serviços para atendimentos a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Evoluímos de um período histórico onde a educação especial mantinha apenas um caráter assistencialista ou clínico, não considerando o potencial de desenvolvimento dessas pessoas. Com o passar do tempo foram surgindo instituições como a APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) e o Instituto Pestalozzi entre outras que vieram melhorar a atenção aos especiais.

Percebemos ainda uma carência na oferta de serviços de educação especial em relação a falta de equipamentos, equipe profissional qualificada, material didático especializado e espaço físico adequado as necessidades especiais das pessoas com deficiência, assim como, a criação de programas de preparo para o trabalho, incentivo à aprendizagem informal, orientação a família sobre a necessidade de um acompanhamento educacional, falta de novas propostas de ensino, a desigualdade de recursos e um planejamento não continuado.

Devemos reconhecer que muitos avanços foram feitos em prol da pessoa especial no Brasil. Muitos órgãos foram criados e muitas instituições tentam se adequar aos novos padrões de ensino e à nova legislação.

É verdade que em outros países como na Inglaterra já se tem políticas de intervenção muito mais avançadas em termos de instituições públicas, a ponto dos pais optarem por escolas regulares públicas a instituições especializadas privadas.

Acreditamos que todas estas trajetórias

até hoje já traga em si um grande avanço, desde as primeiras iniciativas até hoje. No entanto, ainda não são suficientes; muito ainda há para ser feito, para se chegar a uma educação de qualidade, onde se faça valer todos os direitos das pessoas com necessidades especiais.

### ***1.1.2 A educação especial na legislação Brasileira***

Neste tópico pretendemos discutir a respeito dos direitos e garantias conquistados para as pessoas com necessidades especiais no decorrer da história da educação Brasileira; afinal, no Brasil, muitas leis já foram aprovadas, regulamentando os direitos dessas pessoas.

Inicialmente, podemos destacar a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 4.024/61 – que no artigo 88 discorria sobre a integração de alunos especiais ao sistema regular de educação e quando isto não fosse possível, que se criasse serviços educacionais especiais que pudessem atender a essas pessoas. Em ambas as situações a esfera do poder público se responsabilizava pelas modalidades de ensino ofertadas. Em relação ao mesmo tema, a Constituição Federal Brasileira de 1969 definia o direito à gratuidade e ao acesso à educação de pessoas com deficiência. Já em 1986, o CENESP – Centro Nacional de Educação Especial – juntamente com o MEC – Ministério da Educação e Cultura – baixaram a portaria nº 69, onde a educação especial passa a ser vista como parte integrante da educação geral, mudando também a denominação dessas pessoas para educandos com necessidades especiais.

A constituição Federal Brasileira de 1988, no Capítulo III – da Educação da Cultura e do Desporto, artigo 205, determina que: “ A educação é direito de todos e dever do estado e da família”.

Mediante essa garantia, vemos que todos, sem exceção têm o mesmo direito de acesso e permanência na escola. Mais especificamente, a Constituição Federal ainda dispõe sobre a educação especial, no artigo 208 que determina:

Art. 208 “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

[...]

III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino” (art. 208, inciso III).

Ainda em relação à legislação Federal, notamos a lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, que fixava normas para um pleno desenvolvimento dos direitos vitais das pessoas com necessidades especiais, em seu artigo 2º, inciso I, ela dispõe sobre a educação dessas pessoas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, aprovado através da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, também prescreve direitos e garantias para crianças e adolescentes com necessidades especiais ou não.

Com o passar do tempo, o caráter assistencialista e terapêutico que se dava à educação especial foi se desfazendo a partir de novos documentos como: a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, a resolução CNE/CEB nº2, de 11/09/2001 que instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e o Decreto nº 3.596, aprovado em 08/10/2001, que promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com necessidades especial. Neste documento o Presidente da República promulgou o texto da referida Convenção cujas recomendações se tornaram lei de caráter nacional no Brasil.

A elaboração e aprovação de leis e direitos se deram no sentido de se tirar da marginalização a educação especial, em relação ao sistema regular de ensino,

porém, mais mudanças ainda devem ser feitas para uma melhor elaboração e implantação da política de educação especial.

Objetivos e metas devem ser sempre traçados afim de que se tenha uma maior interação social dessas pessoas para que elas possam desenvolver com maior segurança suas potencialidades e habilidades.

É nesse intuito que temos que nos referir aos alunos com necessidades especiais, pois antes de serem especiais eles são alunos e suas necessidades só são especiais porque a sociedade assim as faz. Nessa perspectiva é de fundamental importância uma educação de qualidade que possibilite uma maior autonomia dessas pessoas e que consigamos além do trabalho educacional contribuir para o desenvolvimento deles como pessoa.

## **1.2 Escola Inclusiva**

Por vários anos, as necessidades educacionais das pessoas especiais eram atendidas em centros especializados. “A própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental.” (MAZZOTTA, 1995, p. 16)

Como podemos perceber, durante muito tempo colocou-se os deficientes à margem. Acreditava-se que as crianças especiais não teriam rendimento algum se colocadas em classes com crianças normais.

Quando se coloca a educação como direito de todos surgem várias inquietações ao nos depararmos com a diversidade a qual é composta nossa sociedade. Assumir essa diversidade significa uma grande mudança nos modos convencionais de ensinar. Suscitando questões como as diferentes concepções de deficiência e todos os problemas de avaliação, diagnóstico e prognóstico daqueles indivíduos que não alcançarem as expectativas colocadas pelos padrões vigentes.

A educação inclusiva trouxe uma nova característica a educação propondo um olhar diferenciado de acordo com as necessidades de cada pessoa.

A inclusão nos tempos atuais já é uma realidade. Assim como outros documentos a declaração de Salamanca (1994) veio para assegurar esse direito, nos trazendo um novo desafio: construir uma nova cultura de inclusão, na qual o acolhimento da diferença se faça na importância do outro como igual, como parceiro, como par.

Entretanto o que temos atualmente são direitos assegurados e escolas e professores despreparados. O que resulta ainda em alunos segregados, pois apesar de estarem em sala de aula eles não conseguem interagir com os demais alunos e nem com os professores já que pela falta de conhecimento os mesmos não sabem como trabalhar na perspectiva inclusiva.

Para se trabalhar com um mundo tão diverso faz-se necessário conhecer os vários tipos de deficiência e as estratégias que melhor produzem resultados com cada aluno. Podendo ser necessárias mudanças desde a estrutura física da escola até a capacitação de professores.

É necessário que a escola faça uma avaliação prévia e geral envolvendo aspectos médicos, psicopedagógicos e sociofamiliar, para uma melhor compreensão acerca das aquisições da criança, suas dificuldades e indicações de como prosseguir.

Com essas informações, deve ser elaborado um programa adequado as necessidades do indivíduo, que seja flexível para que permita possíveis modificações; global tendo em vista o desenvolvimento de diferentes áreas ; realista quanto às metas estabelecidas e compatível com a dinâmica geral da sala em que a criança está integrada. Deve ter como prioridade as reais possibilidades da pessoa.

No tocante a currículo, devemos dizer que elas não precisarão de currículos diferentes, mas sim de adequações ou adaptações no modelo atual, para que, dentro dos seus limites e possibilidade, possam vir a aprender e desenvolver-se.

Embora isso venha a significar que, em alguns casos, a pessoa com necessidades especiais estará trabalhando em um nível muito diferente, não quer dizer que o assunto ou tópico que ele esteja trabalhando seja diferente dos outros colegas.

Uma avaliação contínua e diária dessas crianças deve ser mantida, para se saber quais os progressos e onde mais se precisa trabalhar. Fugir da forma tradicional de avaliação se faz necessário, uma vez que ela não atenderá ou corresponderá as necessidades de pessoas com deficiência.

Com a inclusão é que as pessoas aprendem a gostar da diversidade, adquirir experiências e entender que o sentido da palavra diferente não quer dizer inferior, tornando esses momentos cada vez mais enriquecedores.

“O ser humano é muito mais que sua carga biológica, e é através das interações com o meio e da qualidade dessas interações que cada indivíduo se constrói ao longo de sua vida.”(VOIVIDIC, 2007, p.48).

Assumir o dever de incluir todas as pessoas na escola extrapola os limites da nossa sociedade e nos a igualdade algo inventado acabando por valorizar ainda mais as diferenças. Por isso ainda vemos a inclusão como um desafio que as vezes parece insuperável.

Sabemos o quanto o caminho é extenso e por vezes cheio de obstáculos. Mas não podemos continuar com a imagem de que inclusão é apenas “juntar” alunos com necessidades especiais em uma sala regular, significa uma participação efetiva nas atividades na escola que vai requerer apoio de todas as partes envolvidas.

### **1.3 Formação do professor de educação especial**

Quando falamos de formação de professores no âmbito da educação especial nos remete ao pensamento de que eles seriam os profissionais mais capacitados, pois trabalham diretamente com os alunos e o crescimento educacional é diretamente ligado a sua função.

Porém o que se tem na realidade são professores sem formação específica, os professores não têm estratégias para ensinar alunos com necessidades especiais e de fato, não foram formados para esse fim. Os professores acabam por ficar imobilizados diante desses alunos. Não conseguem

transformar os conhecimentos que possuem em estratégias que atendam as necessidades dos alunos, pois não estão apropriados de bases teóricas para desenvolver uma prática fundamentada.

Então vemos que uma formação específica do professor, simplesmente não existe, no máximo o que se fazem são aprimoramentos rápidos que não irão oferecer suporte para que o docente consiga exercer da melhor forma seu trabalho em sala.

Não existe e nunca vai existir uma fórmula mágica que possibilite a aprendizagem e o desenvolvimento desses alunos, mas algumas posturas dos professores podem ser adotadas para colaborar com esse processo.

Manter uma postura crítica e flexível possibilita que o professor explore em sala de aula as possibilidades de dinâmicas diferentes, avaliando seu próprio desempenho a fim de ver o que pode ser melhorado. Procurar estratégias para aprofundar os conhecimentos que possam contribuir com seus alunos adequando as reais necessidades. Adequar espaços e ter sempre recursos didáticos que sejam condizentes com o público alvo facilitando assim o processo de aprendizagem.

É importante que o professor para as formas de avaliação, uma vez que avaliar um aluno com necessidades especiais, igualmente aos outros não satisfará as suas expectativas, afinal se todo o processo de ensino-aprendizagem se dá de formas diversas, a avaliação também deve ser diferenciada atentando para os avanços e dificuldades de aluno em especial. Para que assim se possa montar um planejamento que venha a enfatizar áreas com maior necessidade. A construção do conhecimento deve ser uma relação mútua, no qual ambas as partes devem estar comprometidas com a aprendizagem.

Não é possível medir o quanto um aluno aprende e se desenvolve seus potenciais. Assim como não é possível traçar um caminho somente com acertos para se chegar a um resultado satisfatório. O correto é tentarmos oferecer sempre o melhor buscando sempre várias alternativas que possibilitem um bom desenvolvimento.

Todo esse processo educacional jamais poderá ser feito somente pelo professor, é necessário que seja assumido por todos, escola, familiares e sociedade

a fim de criarem condições propícias para atender as necessidades de cada aluno individualmente.

Portanto vemos que a formação do professor se faz uma necessidade de fundamental importância e que sendo satisfeita pode aumentar as expectativas de todos os alunos que parecem não ver nenhum benefício na escola por não se acharem seu lugar nela.

Sendo assim os professores poderão se tornar sujeitos que contribuirão ativamente para o processo de inclusão nas escolas. Superando práticas de antigas e de submissão em favor de mudanças que possibilitem uma real efetivação da pessoas com necessidades especiais no ensino regular.

Formar um professor para a educação especial não é uma tarefa fácil, por isso é necessário a união de toda a comunidade educacional na busca de soluções que possam vir a melhorar a falta de capacitação e formação para professores nessa modalidade.

## **2 DEFICIÊNCIAS**

Neste capítulo traremos a visão de deficiência, seus tipos e implicações colocando também assuntos que estão expressamente ligados como a acessibilidade e a inclusão social.

O conceito de deficiência é bastante extenso e ambíguo, abrindo assim várias interpretações. Segundo a Organização Mundial de Saúde deficiência é toda perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.

Apesar de existirem critérios e normas estabelecidos para o uso dessa definição, vemos que prevalece na sociedade atual o uso de termos por vezes até pejorativo, o que resulta em casos de preconceito. Pessoas por não se adaptarem a um padrão exigido pela sociedade são qualificadas como deficientes sem diagnóstico prévio.

Ser diferente na maioria das vezes é interpretado como desvantajoso, atribuindo caráter negativo a determinadas qualidades de uma pessoa. É destas situações que começam a surgir os estereótipos e preconceitos. As pessoas com deficiência não são vistas como exemplo pela sociedade, mas sim como modelos a não serem seguidos.

“(…) a partir do momento em que o indivíduo é identificado como desviante ou anormal – por exemplo, homossexual, negro, retardado ou cego – tudo o que ele faz ou é passa a ser interpretado em função de atributos estereotipados.” (GLAT, 1995, p.23)

Ao desviar-se das características estipuladas pela sociedade a pessoa com deficiência passa a ser excluída ficando a margem da sociedade. Nestes casos as pessoas acabam sendo rotuladas e tudo que elas sejam ou façam é identificado como anormal.

Faz-se necessário o conhecimento mais aprofundado da sociedade acerca do conceito de deficiência e quais as suas características para que assim possamos refletir nossos atos e prática e de alguma forma contribuir com a melhoria e qualidade de vida dessas pessoas.

“O ser humano é muito mais que sua carga biológica, e é através das interações com o meio e da qualidade dessas interações que cada indivíduo se constrói ao longo de sua vida.” (VOIVIDIC, 2007, p.48)

Vemos então que o indivíduo não é somente a deficiência que possui, mas um ser humano em pleno desenvolvimento de potencialidade e capacidades.

Não bastam apenas direitos assegurados no papel, necessitamos atentar para as necessidades especiais, para que possamos encontrar meios que viabilizem a sua acessibilidade e participação ativa nos mais diversos setores da sociedade, ao invés de esperar que eles se adaptem a nossa realidade.

## **2.1 Deficiência física**

Temos como conceito da deficiência física em uma forma mais próxima a caracterização dos problemas que ocorrem no cérebro ou sistema locomotor e levam à um mal funcionamento ou paralisia dos membros inferiores ou superiores. Considerados deficientes físicos aquelas pessoas que tem algum comprometimento da capacidade motora.

Pessoas com deficiência física apresentam diversas formas de locomoção, indo desde o uso de aparelhos ou instrumentos que auxiliam na locomoção bípede até o deslocamento do corpo pelo chão, havendo mesmo casos de não- utilização de recursos que auxiliem na locomoção.

A deficiência física pode ter várias etiologias, entre as principais estão os fatores genéticos, fatores virais ou bacterianos, fatores neonatal, fatores traumáticos (especialmente os medulares). Por muito tempo tivemos a Poliomielite como uma das principais causas, mas com a maior conscientização da família e disseminação da vacina, ela foi erradicada.

Temos várias classificações dentro da deficiência física, sendo estas:

- Paraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores;
- Paraparesia – Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores;
- Monoplegia – Perda total das funções motoras de um membro, inferior ou superior.
- Monoparesia – Perda parcial das funções motoras de um membro, inferior ou superior;
- Tetraplegia – Perda total das funções motoras do membros inferiores e superiores;
- Triplegia – Perda total das funções motoras de três membros;
- Triparesia – Perda parcial das funções motoras de três membros;
- Hemiplegia – Perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);
- Hemiparesia – Perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);
- Amputação – perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento do membro;

- Paralisia cerebral – Lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental;
- Esclerose múltipla – Doença degenerativa que compromete o sistema nervoso causando enrijecimento dos membros e dificuldades na locomoção;
- Espinha bífida – Má formação da coluna vertebral e medula espinhal durante a formação do feto;
- Distrofia muscular – Disfunções musculares resultantes de falhas no desenvolvimento de fibras musculares.

Existem fatores que quando observados podem auxiliar em um diagnóstico precoce. Observação quanto ao atraso no desenvolvimento neuropsicomotor do bebê, atenção para perda ou alterações dos movimentos da força muscular ou da sensibilidade para membros superiores ou membros inferiores, identificação de erros inatos do metabolismo, identificação de doenças infectocontagiosas e crônico-degenerativas, controle de gestação de alto-risco.

Logo que detectada as características em crianças ou adultos devem ser levadas ao médico para um acompanhamento específico.

Alguns cuidados devem ser observados em relação ao deficiente físico na escola. Não esperar que recém-chegado ao grupo faça tudo aquilo que é proposto em apenas um dia. Muitas vezes em tem receios e é necessário que tenha o apoio do professor.

Tendo a aceitação das pessoas que estão ao seu redor e estímulo para que realize as atividades do cotidiano mesmo a sua forma, ela interagirá com muita mais eficiência por se sentir capaz.

A escola tem um papel fundamental no desenvolvimento desses indivíduos, faz-se essencial que a escola ofereça meios para que os deficientes físicos possam ter acesso aos seus direitos. Como ter estrutura física adequada para que eles possam se locomover. Fazer grupos de orientação e conscientização com alunos e professores para que possam melhor aceitar e colaborar com os colegas que possuem necessidades especiais.

O ideal é atentar para as particularidades de cada um e procurar soluções para melhor ajuda-los.

### **2.1.1 Deficiência intelectual**

Antes de trazermos o conceito de deficiência intelectual, podíamos avaliar primeiro o que seria inteligência. O conceito que mais se utiliza para inteligência seria através da medição do coeficiente intelectual, que reduz a inteligência a um número, o que pode não funcionar para algumas pessoas. Contudo em uma visão mais atual, podemos conceber inteligência como a capacidade de aprender, de se adaptar a novas situações e pensar abstratamente.

Durante muito tempo a Organização Mundial de Saúde (OMS) distinguia a deficiência intelectual através do Q.I, os vários níveis de deficiência eram classificados de acordo com os resultados dos testes de coeficiente intelectual. Atualmente a tendência não coloca mais esse teste por ser específico e bastante limitado, pois cada caso deve ser analisado particularmente por um especialista.

A definição de deficiência intelectual tem sido bastante modificada ao longo dos anos passando por deficiência mental, atraso mental ou retardo mental. Na maioria das vezes as pessoas acabam tendo uma visão errônea, acreditando que todas as pessoas com deficiência intelectual são iguais e diferentes das pessoas ditas normais.

Em nossa sociedade ainda é muito comum a utilização da expressão doente mental para designar a deficiência mental. Porém elas tem características diferentes. A pessoa com deficiência mental, nasce ou adquire essa condição, consequência de uma desordem do organismo, mas ele ainda mantém a percepção da realidade. Já o doente mental tem um distúrbio de personalidade que na maioria dos casos o faz perder a noção da realidade.

Por todos esses fatores as pessoas com deficiência intelectual foram marginalizados pela sociedade, sofrendo práticas discriminatórias. Pois pela falta de conhecimento acreditava-se que tal condição provinha de um castigo divino ou poder sobrenatural.

As causas são variadas e complexas, sendo a genética a mais comum, assim como as complicações perinatais, a má-formação fetal ou problemas durante

a gravidez. A desnutrição severa e o envenenamento por metais pesados durante a infância também podem acarretar problemas graves para o desenvolvimento intelectual.

As limitações de pessoas com deficiência intelectual vão variar muito a cada pessoa, pois vão depender do modo como são estimuladas, do ambiente em que vivem e os fatores que podem ajudar ou retardar seu desenvolvimento.

Mais comumente a maior dificuldade que eles apresentam é com assuntos abstratos, o professor assim identificando poderá formular estratégias diferenciadas trazendo exemplos concretos para tratar de assuntos abstratos. Formando maneiras diversas de trabalhar o mesmo assunto. Fazendo assim com que consigam aprender e interagir com o restante da turma.

As possibilidades de se trabalhar podem ser infinitas, a escola deve estar atenta a modernidade, mantendo o compromisso de assegurar o direito desses alunos, colaborando com o seu desenvolvimento e os preparando para a vida.

### **2.1.2 Deficiência auditiva**

Deficiência auditiva é designação que se dá para a perda da audição ou a diminuição da capacidade de escutar os sons. Existem outros termos utilizados de forma errônea para designar as pessoas que essa deficiência como “mudos” e “surdos-mudos”.

A deficiência auditiva pode ter diversas causas, podendo ser congênitas na fase pré-natal e perinatal (durante a gestação ou no parto). Podendo também ser adquirida ao longo da vida, ou seja, na fase pós-natal.

Por consequência da deficiência auditiva surge a linguagem gestual, ou língua de sinais. É a forma de comunicação pelas quais os deficientes auditivos se comunicam é estritamente visual, comunicada através de gestos codificados, pequenos movimentos do corpo e expressões faciais.

No Brasil a língua de sinais é conhecida por libras, e foi oficializada em 2002. Sendo para eles a primeira língua ao invés do português. É importante uma conscientização por parte também da família para que sejam esclarecidos os benefícios e as pessoas que necessitam não sejam prejudicadas.

Alguns critérios devem ser observados, pois ao receber o aluno com necessidades especiais o professor pode se sentir inseguro, é essencial que ele busque conhecimento sobre a didática mais adequada de se trabalhar com cada aluno.

A escola deve ser para o aluno muito mais do que um ambiente onde se adquire conhecimentos, mas um lugar que também nos possibilita interagir com outras pessoas favorecendo assim a aprendizagem social para ambos os lados. A educação dos deficientes auditivos de preferência deve se realizar na rede regular, porém apenas a inserção física do aluno em sala de aula não contribuirá para o seu aprendizado.

Não é necessário que se façam alterações no currículo, o conteúdo a ser trabalhado deverá ser o mesmo, contanto que de formas diferentes. Atentando para as possibilidades existentes ao professor que consigam contemplar também a pessoa surda.

É importante também que o professor tenha conhecimento em libras ou que tenha um intérprete na escola, caso não seja possível o professor deve falar compassadamente para que o aluno consiga ler através dos movimentos da boca o que ele está querendo repassar, tentar falar mais alto não vai adiantar, pois ele não conseguirá ouvir.

Com toda certeza é um desafio para todos nós entender a complexidade e ao mesmo tempo a beleza da cultura surda. Não podemos negar que a fala nos proporciona uma riqueza maior em detalhes que não são permitidos a esses indivíduos. Porém eles possuem a capacidade de riquezas em detalhes visuais por terem a visão mais aguçada que muitas vezes nos passa despercebido.

### **2.1.3 Deficiência visual**

Entendemos por deficiente visual aquele indivíduo que sofre uma alteração permanente nos olhos, causando a diminuição da capacidade da visão ou até mesmo a perda total. Sendo subdividida em cegueira e visão subnormal.

Cegueira: perda da visão, em ambos os olhos, de menos de 0,1 no olho menor, e após correção, ou um campo visual não excedente de 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes para correção. Sob o enfoque educacional, a cegueira representa a perda total ou resíduo mínimo de visão que leva o indivíduo a necessitar do método Braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação.

Visão reduzida: acuidade visual entre 6/20 e 6/60, no melhor olho, após correção máxima. Sob o enfoque educacional trata-se de resíduo visual que permite ao educando ler impressos a tinta, desde que empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais, excetuando-se as lentes de óculos que facilmente corrigem algumas deficiências ( miopia, hipermetropia etc). (BRASIL, 1998, p.16)

A Deficiência visual pode ter diversas causas sendo as principais: Glaucoma-elevação da pressão intraocular, a retinose pigmentar- degeneração progressiva das células da retina, retinoblastoma- tumor intraocular e a diabetes. Podendo também ser acarretada por algumas infecções durante a gravidez, como a toxoplasmose, rubéola e sarampo.

Como vimos em outras deficiências o comprometimento de um dos sentidos pode aguçar outros sentidos, no caso da cegueira o desenvolvimento é estimulado através de informações sensoriais sonoras e táteis. As técnicas de orientação mais usadas são cão guia, guia humano e bengala.

Com o intuito de possibilitar a leitura e escrita dos deficientes visuais em 1827 Louis Braille publicou o método braile aproveitando a mesma técnica que era utilizada pelo exército na guerra para que conseguissem se comunicar noturnamente. Constituído como um alfabeto convencional nos quais os caracteres são pontos em alto relevo, para que a leitura se efetue através do tato.

O processo educativo para com essas pessoas deve contar com a aplicação de estratégias educativas para a estimulação visual, orientação e mobilidade, aquisição de capacidades para leitura e escrita. Algumas áreas do currículo devem ser reforçadas, oferecendo sempre condições necessárias para que estimulação aconteça cada vez mais cedo.

Assim, torna-se necessário e importante buscar compreender e estimular o desenvolvimento do aluno. Diz Freire:

O grande problema do educador não é discutir se a educação pode ou não pode, mas é discutir onde pode, como pode, com quem pode, quando pode; é reconhecer os limites que a sua prática impõe. É perceber que o seu trabalho não é individual, é social e se dá na prática de que ele faz parte (2001, p.98).

O objetivo deve ser comum a todos, a busca por uma escola ressignificada em suas funções políticas e sociais e em suas práticas pedagógicas para assegurar a aprendizagem e a participação de qualquer aprendiz.

#### **2.1.4 Altas habilidades**

O preconceito existente em relação a pessoas com deficiência encerra quando tratamos das pessoas com altas habilidades. Mesmo sendo pessoas que tem comportamentos fora do padrão colocado pela sociedade esses indivíduos possuem uma imagem bastante positiva diante daqueles que o cercam.

Temos a definição colocada pela Política Nacional de Educação Especial:

Portadores de altas habilidades / superdotados os educandos que apresentarem notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança, talento especial para artes e capacidade psicomotora. (BRASIL, 1998, p.1)

Em tempos antigos se tinha certa rejeição em relação as pessoas superdotadas, por serem bastante questionadores e não aceitarem respostas prontas, desde o renascimento os “gênios” como eram chamados, foram bastante perseguidos. Fato que não vê mais atualmente.

Muitas vezes a própria família pode sentir dificuldades em relação a educação da criança, pois devido as dissincronia da idade cronológica e o elevado patamar de exigência pessoal, fica difícil a imposição de limites que toda criança tem que ter. É importante a identificação o mais cedo possível para que se inicie a intervenção.

Assegurar a educação de alunos com necessidades especiais no geral, em especial de alunos com altas habilidades também se torna complicado. Pois, o sistema regular não contempla meios que venham ajudar esses educandos. Ainda mais por conta da ausência ou imprecisão de documentos legais específicos que assegurem serviços a garantia desses serviços. As leis apenas trazem a nomenclatura de alunos com altas habilidades, sem prever estratégias pedagógicas que tomem conta das suas necessidades.

Neste sentido, a proposta de atendimento educacional para os alunos com altas habilidades/superdotação deve possuir fundamento nos princípios filosóficos e ideológicos que valorizem a diversidade como elemento enriquecedor do desenvolvimento pessoal e social, gerando o desenvolvimento de currículos amplos, flexíveis e abertos que possibilitem a aprendizagem e participação de todos; respeitando as diferentes formas de aprender e atendendo as necessidades educacionais de todos os alunos individualmente através de um trabalho cooperativo que envolva todos os segmentos escola, sociedade e família.

## **2.2 Acessibilidade**

O termo de acessibilidade é bastante recente e só começou a ser discutido acerca das políticas de portadores de necessidades especiais. Anteriormente à constituição de 1988, tendo sido colocada apenas na emenda

constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978 e apenas tratava do acesso as edifícios e logradouros.

Acessibilidade significa a possibilidade e condição de alcance para utilização e autonomia dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos meios de comunicação por pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida.

Entretanto, a acessibilidade não significa apenas permitir que pessoas com deficiências participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação. Acessibilidade é um processo de transformação do ambiente, da organização físico-espacial, da administração, do atendimento, das atitudes, do comportamento e de mudança da organização das atividades humanas que diminuem o efeito de uma deficiência.

Através da acessibilidade se estabeleceu critérios que vieram para facilitar a vida das pessoas com deficiência. Os prédios e estabelecimentos devem atentar para normas a serem seguidas, como a destinação de vagas exclusivas para deficientes em estacionamentos que sejam próximas à circulação de pessoas. Não possuir barreiras arquitetônicas que possam vir a dificultar a locomoção e também banheiros adequados para que a pessoa consiga fazer uso de todos os equipamentos.

É dever do poder público promover campanhas educativas com a finalidade de conscientizar as pessoas sobre o papel e a importância de cada um frente as pessoas com deficiência.

Nos casos das escolas, no mínimo devem ser oferecidos os seguintes itens: eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo; reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço; construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas; adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Todas essas mudanças têm como objetivo a diminuição das barreiras tanto físicas quanto sociais, visando o desenvolvimento do potencial humano, além da fortificação dos direitos humanos e da diversidade. Como consequência temos o desenvolvimento pleno das pessoas com necessidades especiais e sua participação ativa na sociedade.

Nessa situação a postura do profissional docente deve ser crítica e reflexiva, iniciando-se ainda na sua formação. Afim de que em prática consigam formar alunos realmente participantes da sociedade, livre de preconceitos e que tenham todas as suas necessidades satisfeitas.

### **2.3 Inclusão social**

É difícil concebermos a ideia que em meados do século XXI ainda existem pessoas excluídas em nossa sociedade, por conta da cor da pele, altura, peso e formação física, quando eles mesmos não têm a menor culpa. Porém o que se percebe é que essa diferenciação não se dá apenas pelas pessoas ditas normais.

Na realidade as pessoas que sofrem preconceitos acabam por se sentir inseguras e com medo de serem rejeitadas. Ficam receosas dos olhares que vão receber e se sentem intimidadas ao convívio social. Sendo assim essas pessoas preferem estar “entre os seus”, pois ali apesar de diferentes, se sentem iguais.

Todo esse conflito é gerado porque pra eles o processo de inclusão parece até um pouco doloroso, cheio de barreiras, preconceitos e frustrações apesar dos benéficos que o ambiente social pode lhes proporcionar.

Esperar uma sociedade perfeita, que aceite todo o mundo de diferenças em que vivemos realmente é uma utopia. Uma vez que as pessoas deficientes são minoria elas têm que lutar por seu lugar em uma sociedade que exclui aqueles que não seguem aos padrões. Fato que constata que nem a sociedade, nem os próprios deficientes estão preparados para tal movimento.

Não existe uma regra a ser seguida, nem um caminho exato para que tudo funcione corretamente. A inclusão exige boa vontade de ambas as partes. Não podemos colocar uma pessoa com necessidades especiais em convívio com outros “normais” e pedir pra que ela se comporte como eles e muito menos impor as outras que a aceitem. Inclusão não se faz dessa forma.

Podemos sim encorajar as pessoas para que aceitem esse desafio, contribuindo para melhores e esclarecimentos e informações a respeito do tema, pois as diferenças também podem nos acrescentar valores. Mas não podemos ter atitudes por elas, uma vez que a inclusão se realiza através de trabalho constante e permanente que exige comprometimento de todos.

Apoiar posições como essa pode parecer confortável com uma maioria descompromissada com a inclusão social e com os benefícios que ela venha a trazer. Porém é importante ser colocada, pois é uma realidade no Brasil.

Alguns avanços já foram realizados como, a inclusão escolar, inclusa no mercado de trabalho e o sistema de cotas nas universidades. Embora não tenham total eficácia mostra que medidas já vêm sendo tomadas para que a inclusão social não seja apenas uma inclusão física.

Com certeza muito mais ainda há por ser feito, uma vez que as possibilidades não se esgotam aqui. Contando com políticas públicas específicas e a participação efetiva de todos, podemos uma dia chegar ao objetivo almejado.

### **3 CONHECENDO O CENTRO EDUCACIONAL ALDACI BARBOSA MOTA**

O atendimento a crianças e adolescentes, do sexo feminino, na Fundação do Bem Estar do Menor do Ceará – FEBEMCE, hoje extinta, teve início em julho de 1979, com o Centro de Reeducação Feminino (CRF). Neste, eram recebidas garotas de 10 a 18 anos de idade, em “situação irregular”, que fossem encaminhadas pelo Juizado de Menores. Nessa condição, entendia-se o abandono, a carência e a conduta anti-social, características diversas que se aglutinavam no mesmo espaço físico.

A clientela era diversificada e complexa: garotas “mal comportadas” em família, “perambulantes”, órfãs, excepcionais e infratoras. A capacidade de acolhimento era para quarenta e quatro garotas, chegando, muitas vezes, a extrapolar este número.

A unidade funcionava em regime fechado podendo a garota permanecer por, no máximo, três meses, tempo em que a equipe técnica agilizava estudo de cada criança e adolescente, objetivando seu retorno à família. Concluído o prazo e não se obtendo uma solução definida, realizava-se o encaminhamento para o Núcleo Olívio Câmara (NOC), unidade de permanência feminina, que funcionava no prédio vizinho.

Durante a década de oitenta, o NOC e o CEABM coexistiram e, neste período, emergem da sociedade civil organizadas articulações em defesa da criança e do adolescente, o que originou um novo posicionamento, após o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. A partir dessas novas concepções, eclode na FEBEMCE toda uma reestruturação, redefinindo a prática institucional, inclusive com a extinção desta Fundação, em 2000, que era autarquia vinculada à Secretaria do Trabalho e Ação Social.

Mesmo antes da efetivação do ECA houve uma reforma do NOC e, quando a nova lei entra em vigor, ocorre a transferência de garotos excepcionais que se encontravam na unidade Cidade Hortigranjeira Juvenil (localizada em Maranguape) para o prédio do NOC. Logo, o seu atendimento passou a ser disponibilizado a adolescentes, de ambos os sexos, com algum comprometimento mental. As demais adolescentes foram levadas ao CEABM que passa a ter outra finalidade. O NOC foi qualificado, posteriormente, como Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC.

O CEABM foi extinto como Centro de Triagem Feminino, passando a existir de modo confuso quanto a sua funcionalidade, pois ora colocava-se como semiliberdade, ora como internato. Paulatinamente, foi definida a clientela, consoante à ordenação judicial, como unidade de internação para adolescentes em conflito com a lei, seguindo as diretrizes do ECA. O CEABM passou a funcionar na área antes destinada à parte administrativa do NOC.

No local do CEABM original foi criado o Abrigo José Moacir Bezerra - AJMB, destinado a adolescentes de ambos os sexos.

Diante da necessidade de um local que atendesse as adolescentes em semiliberdade, o CEABM acumulou mais esta função desde 1998. Atualmente, atende as medidas de internação provisória, internação sanção, semiliberdade e privação de liberdade. Além disso, seu atendimento engloba não só a Comarca de Fortaleza, mas as de todo o Estado.

Em relação às condições físicas da unidade, no primeiro semestre de 1997, o CEABM passou por reforma, no sentido de viabilizar o atendimento às medidas sócio-educativas já referidas. Concluídos os reparos, houve a reinauguração, contando com a presença de autoridades do Estado.

Em 2006, o Abrigo José Moacir Bezerra foi extinto. Nesse lugar, deu-se início a uma longa reforma do antigo prédio, a fim de que o CEABM fosse deslocado para um local mais amplo.

Em dezembro de 2008, após várias pinturas e reparos, a obra foi concluída. Recebemos, então, novos móveis e dois computadores. Foi iniciada a mudança dos objetos que seriam levados para a “Casa Nova”, como os funcionários costumavam chamar. Essa nomeação estava relacionada à estrutura da unidade anterior que se assemelhava a uma antiga casa.

Atualmente, o CEABM conta com quarenta e nove funcionários, entre os quais, trinta e dois terceirizados e dezessete servidores efetivos. Dentre os funcionários, trinta e três são instrutores educacionais, dos quais vinte e seis homens e sete mulheres, divididos em plantões diurnos e noturnos, em escala de seis instrutores por plantão; cada plantão conta com a presença de uma ou duas mulheres em virtude da clientela especificamente feminina. A diretora, graduada em Pedagogia, exerce esta função desde maio de 2009 e é funcionária pública há aproximadamente trinta anos. A equipe multidisciplinar é composta de sete Professores e duas Pedagogas, uma Psicóloga, uma Advogada, uma auxiliar de enfermagem e uma assistente social; todos os colaboradores são terceirizados através da Associação dos Moradores Parque São José (AMPSJ).

### **3.1 A dinâmica atual da instituição**

A nova estrutura do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM) conta com onze dormitórios com um banheiro cada, que comportam entre três e quatro adolescentes, a gerência de alimentos, a rouparia, uma ampla cozinha industrial, um refeitório, a área de lazer (televisão, som e mesa de tênis) e quadra de esportes. No andar superior, a sala de cursos e palestra, sala de leitura, um banheiro coletivo para as adolescentes, quatro salas de oficinas, três salas de aula, as salas dos setores técnicos (Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Jurídico), o setor de saúde, a sala de reunião, a secretaria e a direção.

Atualmente, a unidade está submetida à Coordenadoria de Proteção Social Especial da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), através da Célula de Atenção às Medidas Socioeducativas que disponibiliza o suporte necessário para as atividades desenvolvidas nos centros educacionais. A capacidade de atendimento do CEABM é de quarenta adolescentes, número esse que já foi superado algumas vezes. Onde, neste momento, contamos com quarenta e três socioeducandas. O CEABM situa-se na Travessa Costa Rica, S/N no bairro do Antônio Bezerra, parte integrante de um complexo composto, neste momento, pelo Abrigo Desembargador Olívio Câmara (ADOC) para adultos e uma subdivisão deste para crianças, que está utilizando-se da antiga casa onde funcionava o CEABM, após uma breve reforma.

A dinâmica de atendimento se inicia com a chegada da adolescente ao CEABM, por meio de determinação judicial. A mesma é atendida por uma instrutora educacional que faz a vistoria, repassa alguns informes sobre as normas da unidade, arquiva pertences que são registrados em um livro e entrega um “kit” com objetos de uso pessoal.

As adolescentes iniciam sua rotina às seis horas da manhã, quando, ao levantar, fazem a higiene pessoal, arrumam as camas e dirigem-se ao refeitório, para o café da manhã.

Após o desjejum, são encaminhadas às salas de aula onde se ministram conteúdos referentes a EJA - Educação de Jovens e Adultos divididas: EJA I

(alfabetização, 1ª e 2ª séries), II (3ª à 5ª séries), III (6ª à 7ª séries) e IV (8ª à 9ª séries) e as oficinas profissionalizantes, sendo quatro as oficinas: Higiene e Beleza, Artes, Corte e Costura e Bordados. Às 9h e 30 min. acontece um pequeno intervalo de 15 minutos. Às 11h e 30 min. São encerradas as atividades em salas e, por volta do meio dia, é servido o almoço. Ressalte-se que, além da escola formal, as adolescentes podem ser engajadas em cursos profissionalizantes ministrados pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC) e pelo Projeto Primeiro Passo através de parcerias firmadas com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, visando qualificar e profissionalizar os jovens sendo realizados na própria unidade.

Após o almoço, segue o repouso, as adolescentes são levadas aos seus dormitórios. Às 14h, as atividades educativas recomeçam com. Às 15h e 30 min, há um intervalo, sendo servido um lanche. As seguindo as atividades até às 17h.

Duas vezes por semana, ocorrem as aulas de educação física divididos por segmento. As adolescentes ainda participam da escolinha de futsal desenvolvida na unidade, onde o treino acontece no horário de 16h às 17h e 30 min., segundas e quartas ou terças e quintas-feiras. Conforme o desempenho das adolescentes elas podem participar de torneios intra e extra unidade. Temos ainda no mesmo horário aulas de dança, na qual a participação das adolescentes é facultativa mas que sempre mantêm boa aceitação na dentre as mesmas.

Com a finalização das atividades de oficina e esporte, a partir das 17h inicia-se o banho. Após o banho, segue-se com o jantar, por volta das 18h. Após o jantar, há um momento livre, as adolescentes podem optar entre ouvir música, assistir televisão ou conversar. Às 21h é servida a ceia, e às 22h todas são recolhidas aos seus dormitórios.

Entre as atividades de rotina da unidade, realizam-se atendimentos técnicos dos setores pedagógicos, social e psicológico. Os atendimentos são individuais e grupais, além de reuniões sistemáticas entre a direção e as adolescentes. Estas são atendidas também pelo setor de saúde, que conta com uma auxiliar de enfermagem.

Além disso, as adolescentes podem receber visitas que são realizadas uma vez por semana no dia pré-determinado através do atendimento social feito com o responsável que recebe a “Carteira de Visita”. O referido documento permitirá o acesso do visitante à unidade no dia especificado. Salientamos que esse momento é de grande importância, pois possibilita uma aproximação da socioeducanda com os familiares, fortalecendo assim os vínculos que possam estar fragilizados.

Além do acompanhamento específico individual e grupal para as adolescentes no próprio CEABM, são feitos encaminhamentos para os recursos da comunidade, na medida das necessidades de cada uma, a saber: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Hospitais distritais, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Centro de Orientação e Apoio Sorológico (COAS), Bem Estar Familiar no Brasil (BEMFAM) que, em convênio com o Estado, atende menores privados de liberdade que promovem além de atendimentos ginecológicos, palestras sobre DST'S e AIDS.

As adolescentes que cumprem medida de semiliberdade são matriculadas em escola da comunidade. Algumas fazem cursos e participam de projetos sociais, como o Adolescente Cidadão da Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI) e Programa Primeiro Passo que visam facilitar a inserção de adolescentes no mercado de trabalho. Além disso, as socioeducandas passam os finais de semana com as respectivas famílias.

Os finais de semana do CEABM seguem uma rotina diferente, as adolescentes fazem a limpeza da unidade e lavam suas roupas. Aos sábados e domingos, participam de momentos de oração com grupos católicos, evangélicos e espíritas sempre das 15h às 17 h, ficando livre a participação a qualquer grupo.

Essas ações direcionam-se no sentido de oportunizar, através de práticas educativas, o retorno da adolescente ao contexto sócio-familiar, após cumprimento da medida socioeducativa à qual se encontra submetida.

### **3.2 A pesquisa como instrumento para conhecer o atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota**

A educação oferecida nas escolas hoje é resultado de uma construção histórica. O homem ao longo dos anos desenvolveu sua educação através da interação em sociedade e aprendizagem mútua. Na antiguidade, a educação era transferida de pai para filho; na idade média, a educação passou a ser concebida por um contexto diferenciado, onde aqueles de condições econômicas mais favorecidas pagavam professores particulares para as suas crianças, deixando à margem aqueles de situação econômica menos favorecida.

Em 1789, no final da revolução Francesa, surgem as primeiras escolas públicas, trazendo ainda consigo ideais de segregação, já que, atendiam apenas crianças ditas normais.

No Brasil, como vimos a história da educação especial foi marcada pela exclusão; a educação até ser reconhecida como um direito universal na Constituição de 1988, deixa de atender uma minoria; com o passar do tempo, acabou por desenvolver, sob a alegativa do acesso à escola para todos, as salas para crianças especiais que acabaram por manter um caráter de assistencialismo.

É importante que ressaltemos também que as classes especiais representaram um marco legal na história da educação especial no estado do Ceará e que a partir delas viu-se a necessidade de implementar melhorias. “ De outro lado está associado à tentativa de forjar a integração de alunos com deficiência mental na escola pública; as classes terminaram por não atingir de fato seus objetivos.” (MAGALHÃES, 2002, p.77)

Até então as alternativas e modalidades de atendimento ao deficiente seguiam um padrão segregativo e centralizador, pautado na discriminação e exclusão.

A iniciativa pública responsabilizou-se pela criação de classes especiais notadamente para alunos com deficiência mental leve (...) tem exercido a função de depositários dos problemas que dizem respeito ao ensino regular, ao invés de atenderem a uma determinada clientela que não se beneficia dos processos de ensino-aprendizagem. (MAGALHÃES, 2002, p. 63-64)

Como podemos perceber a maioria das iniciativas não ofereciam de fato os ideais educacionais, e muito menos contribuía para o desenvolvimento dessas crianças. Algumas escolas como destacamos não tinham nada de especiais e nem sequer poderiam ser consideradas educacionais.

A luz do século XXI não cabe mais discriminar ou excluir. Atitudes como estas tornam-se desajustadas. Porém, é preciso lembrar que foi a partir da reflexão sobre fatos historicamente condenáveis que percebeu-se a evolução de conceitos e condutas acerca das pessoas com deficiência.

Portanto, no contexto atual, integração e inclusão são palavras-chave que permeiam todo o processo educacional, permitindo refletir sobre um erro histórico e favorecendo a convivência salutar entre pessoas diferentes.

Para refletirmos como a educação especial se realiza atualmente nos Centros Educacionais utilizamos a pesquisa de campo como meio de apreensão da realidade. O estudo de campo foi realizado no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota situado no Município de Fortaleza-Ce.

Realizamos a coleta de dados através de entrevista semi-estruturada, com roteiro pré – estabelecido, a ser aplicado junto aos professores do centro, com o intuito de analisar teoria e realidade.

### ***3.2.1 A compreensão dos professores do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota***

O Centro Educacional onde foi realizada a pesquisa situa-se no município de Fortaleza, sendo uma instituição que recebe adolescentes do sexo feminino em cumprimento de medidas socioeducativas.

Primeiramente no tocante as condições essenciais para lidar com o aluno com deficiência, foi lhes indagado: o que o professor precisa de mais importante ao lidar com seu aluno com deficiência? As respostas foram unânimes em relação a qualificação profissional. Temos então a respostas dos professore(a)s Maria<sup>1</sup>, Eduarda, Emiliana e Tomás.

“Para que o professor consiga trabalhar de forma adequada com os alunos, temos que ter material didático específico, espaço físico adequado, uma conscientização por parte de todos os envolvidos e principalmente estar bem capacitado tanto através de conhecimentos adquiridos como através da vivência.” (MARIA)

“Acredito que é necessário muita preparação profissional adquirida através de estudos e vivências.” (EMILIANA)

“É necessário se capacitado na área e ter experiência para atender esse grupo especial.” (TOMÁS)

“Primeiro a gente tem que conhecer as deficiências e gostar do trabalho que faz. Depois com uma capacitação podemos tentar fazer o melhor pelo aluno. (EDUARDA)

Em um segundo momento os questionamos: Você está preparado para receber um aluno com deficiência em sua sala de aula? As respostas também coincidiram bastante, pois nenhum se diz preparado. Porém apontam causas diferentes para esse “despreparo”.

“Não me sinto preparada pois nunca estudei nada sobre isso. E não vejo nenhum suporte por parte da unidade ou de outros órgãos em nos oferecer capacitação para que possamos trabalhar com esse público.” (MARIA)

“Não me sinto preparada, pois não tive preparação durante a faculdade e não tive especialização para este fim.” (EMILIANA)

“Não estou preparado, pois a unidade não oferece estrutura física para atender esse público.” (TOMÁS)

---

<sup>1</sup> Afim de preservar a identidade dos professores os tratarei por nomes fictícios.

“Apesar de ter feito especialização nessa área, não me sinto preparada para lidar com todos os tipos de deficiência.” (EDUARDA)

Podemos perceber que ambos apontam para a falta de estrutura, falta de conhecimento e a culpa acaba parando na faculdade ou curso que não ofertaram subsídios adequados ou até mesmo a escola que não oferece suporte. Mesmo sabendo que todos esses pilares também são sujeitos de ação, não vemos nas falas a responsabilidade também do próprio professor em buscar o conhecimento e se aprofundar acerca desse mundo de diversidades que os rodeiam.

A pergunta seguinte tratava da quantidade de alunos por sala: Quantos alunos você acha que deve ter em uma sala especial? Por quê? Nesse sentido a maioria delimita valores que vão de 4 a 10 alunos, sem mencionar nenhum critério, colocando apenas que o número teria que ser bastante reduzido em virtude da atenção exigida por esses alunos. Vemos através de suas falas:

“Uma sala com alunos que tem deficiências muito diferentes, não podem ultrapassar grandes números. Mas se forem colocados, por exemplo, uma sala apenas com surdos e o professor tiver domínio em libras, acredito que até quinze alunos é o essencial.” (EDUARDA)

“Dependendo da deficiência a sala pode ter uns quatro alunos, porque temos que dar uma atenção redobrada para que o nosso aluno realmente tenha uma boa produtividade.” (MARIA)

“Acredito que no máximo cinco para que o professor possa lhe dar assistência, senão fica complicado e pode comprometer a aprendizagem.” (EMILIANA)

“Vendo que eles vão precisar de um atendimento individualizado, acho que não pode ultrapassar de dez alunos. Mais que isso o professor não vai conseguir dar atenção a todos.” (TOMÁS)

O questionamento seguinte era: Como seria sua classe especial? Surgiram opiniões bem diferentes, surgiram então as mais diversas opiniões.

“Minha sala especial, seria bastante dinâmica, cheia de artifícios que pudessem despertar a curiosidade e o interesse do aluno em aprender.” (MARIA)

“Seria como uma classe qualquer; todos os alunos seriam tratados igualmente e a aprendizagem seria feita em grupos.” (EMILIANA)

“Minha sala seria bem chamativa e bem colorida com tons alegres para transmitir alegria e um ambiente harmonioso.” (EDUARDA)

Porém o que mais nos chamou atenção foi a resposta do professor Tomás quando não consegue conceber a sua sala de aula especial, por não se sentir preparado em nenhum aspecto para trabalhar com esses alunos.

“Não consigo me ver dando aula em um sala de aula especial. Somente com alunos com necessidades especiais. Não me sinto preparado para essa função e acho que nem saberia o que fazer. Penso em uma sala “mista” no qual tivesse também alunos especiais, onde todos os alunos seriam tratados igualmente e a aprendizagem seria realizada em grupos.”(TOMÁS)

É notória a falta de conhecimentos ou preparação por parte do professor, que se sente tão inseguro a ponto de não conseguir nem imaginar que um dia poderá trabalhar somente com alunos especiais. E ainda ter também uma visão errônea de que em uma sala inclusiva todos os alunos dispensariam a mesma atenção e desenvolveriam suas capacidades através da mesma didática.

Diante de todas essas dificuldades a ultima pergunta era: Como professor, o que faria para melhorar a educação das pessoas com deficiência? E apesar de não citarem a responsabilidade do professor também na busca por conhecimento ou capacitação em falas anteriores, foram unânimes em colocar o desejo por um aprofundamento.

“Procuraria melhor e me qualificar com cursos preparatórios, tendo também além da teoria a prática que me ajudaria a entender melhor o processo de ensino e aprendizagem dos alunos deficientes e conhecer mais cada tipo de deficiência.” (EDUARDA)

“Faria capacitações e tentaria também de alguma forma impulsionar que fossem feitas mudanças físicas na estrutura da escola.” (TOMÁS)

“Eu iria estudar cada vez mais para entender as necessidades dessas pessoas e de alguma forma poder contribuir com elas no seu desenvolvimento.” (EMILIANA)

“Primeiro eu teria que me capacitar para esta função, pois só assim poderia fazer um bom trabalho com essas pessoas e ver formas de poder ajuda-los melhor.” (MARIA)

Vemos então que muito se tem em teoria, que os professores realmente entendem que não pode ser um faz de conta de aulas para alunos com necessidades especiais. Que todo esse processo requer muito mais empenho e dedicação. Porém muito pouco de fato é feito, pelo menos na parte que compete a classe docente. Uma vez que sabemos que não depende apenas deles para que sejam realizadas mudanças efetivas.

Em observação no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota vemos que até mesmo a estrutura física compromete o processo de ensino, logo que as salas de aula e oficinas são localizadas no andar superior. Não tendo rampas de acesso, possui apenas um local onde seria um elevador de acessibilidade que nunca foi de fato implementado.

Em contexto geral vemos a insegurança dos professores em trabalhar com alunos com necessidades especiais, onde os mesmos apontam causas diversas sem, entretanto buscar subsídios que possam lhe auxiliar nesse desafio. O que só nos mostra o quanto apesar de tantos avanços a informação ainda é escassa e todos os segmentos professores, coordenação e direção que deveriam estar buscando avanços e melhorias ainda agem como se a educação especial não fosse uma necessidade da nossa sociedade atual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após todo o trabalho realizado, podemos ter um esboço de várias concepções a respeito da educação para pessoas com necessidades especiais, ao

longo dos anos e tentar, assim, entender como a noção que temos hoje de educação especial foi construída.

É difícil visualizarmos a educação especializada aos portadores de deficiência como está prevista na atual Constituição Federal Brasileira. Os textos legais garantem uma educação para todos, mas sabemos que verdadeiramente só acontece em tese.

Não podemos falar em inclusão quando ainda temos professores sem capacitação, salas superlotadas e estrutura física das escolas comprometidas. Mudanças são necessárias, exigindo empenho e comprometimento de todos para que a escola se torne um local onde o conhecimento é construído e não onde se gera o preconceito.

Como descrevemos em capítulos anteriores a educação das pessoas especiais ficou sempre à margem e, desde então, é travada uma luta constante em busca de melhorias.

Somos de opinião que o poder público deveria investir na capacitação de professores e oferecer a eles subsídios para que possam resolver os problemas em sala de aula, investir em currículos e metodologias mais flexíveis que possam facilitar as relações professor aluno. Realizar a avaliação de forma continuada e permanente, afim de que se possa avaliar o aluno em diversos momentos e situações.

É necessário também, rever conceitos e atitudes para concretizar melhorias educacionais, para que se tenha uma educação com mais qualidade e comum a todos. Principalmente, quando se trata de respeitar as diferenças do educando e cabe ainda mais a nós, como pedagogos, a missão de ajuda-los a desenvolver-se, tendo como base um modelo de educação adequado.

Existem problemas a ser resolvidos imediatamente. Um deles é adaptar o ensino a diversidade de pessoas e adequar as políticas e ações que se apoiam no discurso da cultura pela diversidade.

Finalmente nos acompanhará a esperança que nos chama ao compromisso de unir-nos em concepções e atitude à pessoas que também anseiam

por mudanças já que sabemos que a educação especial não se dará apenas por um decreto.

Consideramos que ainda estamos longe de uma educação acessível aos especiais. Pensar em uma educação para essas pessoas, não é falar em apenas números na sala de aula, mas sim em qualidade. Não é garantir somente a matrícula, mas a permanência e o desenvolvimento dessas crianças.

Certamente, muito mais ainda há por ser discutido, já que não se esgotam as inúmeras especulações que se fazem sobre a educação especial, mas esperamos ter alcançado o objetivo de expor um pouco sobre o assunto referido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição(1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria de educação especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC, 1998.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo. Unesp. 2001.

\_\_\_\_\_, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GLAT, Rosana. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro: Agir, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1983.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAGALHÃES, Rita de Cássia B.P. **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha/Ed. UECE, 2002.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de educação especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

TEXEIRA, Anísio. **Educação para a democracia: Introdução a administração educacional**. 2ºed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

VOIVIDIC, Maria Antonieta M.A. **Inclusão Escolar de crianças com síndrome de down**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VYGOTSKY, L.S. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

# APÊNDICE

## APÊNDICE I

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevista realizada no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota com os professores.

NOME \_\_\_\_\_

SEXO \_\_\_\_\_ TEMPO DE SERVIÇO \_\_\_\_\_

PERGUNTAS:

01 – O QUE O PROFESSOR PRECISA DE MAIS IMPORTANTE AO LIDAR COM O SEU ALUNO COM DEFICIÊNCIA?

02 – VOCÊ ESTÁ PREPARADA PARA RECEBER UM ALUNO COM DEFICIÊNCIA EM SUA SALA DE AULA?

03 - QUANTOS ALUNOS VOCÊ ACHA QUE DEVE TER NUMA CLASSE ESPECIAL? POR QUE?

04 – COMO SERIA A SUA CLASSE ESPECIAL?

05- COMO PROFESOR, O QUE FARIA PARA MELHORAR A EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ?

